



IDEALISMO E REALISMO POLÍTICOS

Ney Prado

Bacharel em Direito e pós-graduado em Teoria Geral do Estado, Economia e Legislação Social pela Faculdade de Direito da Universidade de SÃO PAULO, é também master em Ciência Política pela Marquette University (WISCONSIN, EUA). Realizou os cursos da ADESG (SÃO PAULO) e da Escola Superior de Guerra.

Dentre seus numerosos cargos e comissões destacam-se os de Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho, Juiz Federal do Trabalho (SÃO PAULO) e Professor de Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas (SÃO PAULO), tendo também realizado conferências na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, na Escola de Guerra Naval e na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

Atualmente é Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

Duas escolas de pensamento disputam entre si a primazia de ser a teoria válida no estudo da política internacional contemporânea: o Idealismo e o Realismo.

Também conhecido como utópico, o Idealismo Político inclui o pensamento dominante nos anos compreendidos entre as duas Grandes Guerras Mundiais. Surgiu como fruto do Idealismo Wilsoniano e da fundação da Liga das Nações.

Partindo do fato de que uma nova e auspiciosa era surgia para a humanidade, e que a Liga das Nações, desde que implementada e usada apropriadamente, seria a forma de colocar um fim na perniciosa e corrupta Política de Poder do Continente Europeu, a maioria dos estudiosos da política internacional passou a centrar as suas preocupações na promoção da causa da paz e cooperação internacional e na análise da estrutura e bom funcionamento daquele Organismo Internacional.

Verifica-se, portanto, que o Idealismo Político foi embaçado, não propriamente na análise das condições do passado, mas, fundamentalmente, no "dever ser" de um futuro melhor.

Todavia, logo após a Segunda Guerra Mundial, uma antiga concepção, que prevaleceu durante a maior parte dos séculos XVIII e XIX, ressurgia em teoria e na prática: o Realismo Político.

Diferente do Idealismo, esse "approach" renascia, não com o propósito de condenar ou elogiar os problemas do mundo e o comportamento das nações, mas sim o de compreendê-los. E, no lugar de começar com a Sociedade Internacional, essa linha de abordagem voltou-se para o estudo dos objetivos nacionais, como ponto lógico de partida. Como decorrência, a política internacional passou a ser entendida como sendo o estudo objetivo da rivalidade entre os Estados e das condições que melhoram ou dificultam essas relações.

Verifica-se, portanto, desde logo, que as diferenças entre o Idealismo e o Realismo são grandes e inconciliáveis.

Mas se quisermos realmente conhecer as divergências profundas existentes entre as duas concepções, torna-se necessário identificar, preliminarmente, os princípios que embasam uma e outra Escola.

Apesar da existência de pequenas diferenças de ênfase entre os adeptos da mesma corrente, há, todavia, um consenso no tocante à aceitação de certos princípios básicos, por parte de cada uma das Escolas.

Relacionemos então, primeiramente, quais são os princípios que estruturam o pensamento idealista:

1) o idealista pressupõe a bondade essencial da natureza humana e sua infinita maleabilidade;

2) sustenta que o Homem e as Nações encarnam valores, buscam normas e princípios;

3) acredita na realização de uma ordem moral e racional derivada de princípios universalmente válidos;

4) acredita na existência de uma sociedade internacional e de leis que disciplinam os Estados-Membros em suas relações mútuas;

5) sustenta que uma política realmente efetiva repousa não na força, mas sim na sua aceitação livre e consentida;

6) prega, em nome da Paz, a necessidade da substituição da política de Poder pela criação de um Governo Mundial.

O realista, por sua vez, como tão bem salienta Hans Morgenthau em sua obra "Politics Among Nations", aceita e realça os seguintes princípios:

1) acredita na objetividade das leis da política, que tem suas raízes no egoísmo da natureza humana;

2) sustenta que o governante pensa e atua em termos de interesse, definido como poder;

3) afirma que o conceito de interesse em termos de poder é uma categoria objetiva universal, não afetada por circunstâncias de tempo e lugar;

4) sustenta que os princípios morais universais na sua abstrata formulação não têm aplicação direta às ações dos Estados, e que, por isso mesmo, devem ser filtrados também através de circunstâncias de tempo e lugar;

5) recusa-se a identificar as aspirações morais de uma nação particular com leis morais universais;

6) por último, o realista mantém a autonomia da esfera política, assim como o economista, o advogado e o moralista mantêm as suas. Pensa em termos de interesse definido como poder, da mesma forma que o economista pensa em termos de utilidade, o advogado em conformidade com as regras legais, e o moralista que orienta as suas ações com base nos princípios morais.

CRÍTICA

Não obstante as excelentes contribuições do Idealismo e do Realismo para a compreensão da Política Internacional, nenhuma dessas Escolas, isoladamente, é suficiente para explicar todo o quadro.

Isso ocorre porque os princípios em que elas se sustentam não respondem de forma satisfatória às dúvidas e às complexas indagações concernentes à verdadeira concepção do homem, ao real comportamento das Nações, à natureza do ambiente internacional, à essência do processo político, aos fundamentos de uma eficiente política externa e, por fim, ao melhor tipo de estratégia para se atingir a Paz.

De fato, no que tange à sua natureza, uma análise objetiva e isenta nos revela que o homem nem é tão bom e ético como quer fazer crer o idealista, e nem necessariamente mau, egoísta e agressivo como acredita o realista. Na verdade, dependendo das circunstâncias de tempo e lugar, o homem é capaz de praticar atos revestidos da mais pura moralidade, e, ao mesmo tempo, incidir em outros impregnados de violência e de ambição pelo poder. Isso faz sentido porque, se por um lado a Ética é a ferramenta pela qual o homem dá sentido à sua vida, por outro, o desejo de poder é um dos componentes da natureza humana.

O mesmo fenômeno ocorre em relação ao comportamento das Nações. Ainda que a luta pelo poder seja uma constante na história da humanidade, nem sempre as Nações se hostilizam com esse objetivo. Ao contrário, através da história, podemos encontrar inúmeros exemplos de lutas centradas, não em rivalidades políticas, por influência e poder, mas no antagonismo entre princípios e ideais incompatíveis. Por isso, a descrição do passado como uma contínua luta de poder entre as Nações é, no nosso entender, uma visão sectária da história.

Quanto à natureza do ambiente internacional, tanto a posição idealista, que acredita na existência de uma ordem moral e política universal, como o ponto de vista do realista, de que a única ordem moral existente é a nacional, são visões

parciais de uma realidade mais ampla e abrangente. De fato, se por um lado não se pode negar que os Estados no seu relacionamento internacional, quase sempre, orientam as suas respectivas ações em função de seus interesses nacionais, por outro, isso não significa que não exista uma ordem moral e política superiores que orientem e regulem as relações entre os diversos Estados. Não fora assim, tornar-se-ia impossível a convivência internacional.

Quanto à essência do processo político, a posição idealista é insustentável. Ao afirmar que o conflito entre Nações é atributo apenas de uma imperfeita e transitória ordem internacional, cujas causas maiores seriam a falta de conhecimento e compreensão dos fenômenos, e também da depravação e corrupção de indivíduos e grupos isolados, o idealista ignora a existência de uma lei objetiva da política, qual seja, a da luta pelo poder. De fato, por mais que os utópicos insistam em negar, a história nos revela que a luta pelo poder é uma relação constante e objetiva do fenômeno político.

Ocorre, todavia, que o realista, ao sublinhar a luta pelo poder como lei objetiva no relacionamento entre Nações, esqueceu-se, também, do aspecto arquitetônico e integrativo da política. Na realidade, a par dos conflitos e das lutas, o que se observa é também um desejo de integração entre as Nações visando a melhor atingir os objetivos comuns e principalmente a Paz. A existência de inúmeras manifestações de associação e cooperação entre as Nações comprova essa assertiva.

Idealistas e realistas divergem também quanto à natureza e aos fundamentos de uma sadia política externa. Ainda aqui, a visão de ambos é insuficiente como orientação política para os Estados no seu relacionamento externo.

De fato, o idealismo puro, porque preocupado apenas com o "dever ser", nos conduz a uma posição utópica e, portanto, ingênua. A malograda experiência Wilsoniana se deveu exatamente a esse fato. Por outro lado, o excessivo apego do realismo ao "ser", faz com que os homens e os Estados percam o sentido de finalidade de suas ações. Como consequência, a conquista de eventuais êxitos imediatos pode, a longo prazo, comprometer os objetivos permanentes de uma determinada Nação.

Por isso, a verdadeira política externa é aquela que se funda no "poder ser", forma equilibrada entre o "ser" e o "dever ser".

No referente à melhor estratégia a ser adotada, visando a conquista da Paz, parece pouco provável que atinjamos um dia o sonho idealista do Governo Universal. Com efeito, é de um otimismo irrealístico imaginar que o tortuoso processo da história possa ser totalmente controlado pela lógica constitucional. A lei pode definir as condições da Paz, mas ela, por si só, não cria ou impõe essas condições. A rigor, a lei internacional não pode ser um efetivo meio de prevenir a guerra simplesmente porque a sua interpretação, implementação e execução permanecem nas mãos dos Estados isoladamente.

Essas básicas fraquezas podem ser descobertas ou encontradas nas Nações Unidas. De fato, os mais importantes assuntos do dia, particularmente aqueles nos quais os Estados Unidos e a União Soviética estão envolvidos, têm sido decididos fora do seu universo, sem referência à lei internacional, exceto para sua justificação.

É bem provável, como sustentam os realistas, que a ameaça de uma guerra atômica e o estabelecimento de um equilíbrio de poder entre as duas superpotências tenham contribuído mais para a Paz que a ONU. Mas, apesar disso, muitas Nações, motivadas pela convicção de que soluções dítadas por meras considerações de realismo político ou por transitória e enganosa situação derivada do poder são frágeis e não permanentes, têm juntado esforços no sentido de transformar as Nações Unidas em um organismo cada vez mais útil e responsável perante o mundo. Sentem que a cooperação internacional pode ser intensificada sem prejuízo da igualdade de soberania, mútuo respeito e justiça entre as Nações.

Em conclusão, poderíamos dizer que o Realismo e o Idealismo podem efetivamente contribuir para a explicação e compreensão da problemática da Política Internacional. Todavia, nenhuma dessas Escolas isoladamente é suficiente para enfrentar toda a abrangência do assunto.

A crítica apresentada pelo realista é útil e muitas vezes justificada. Convidamos a conservar nossas cabeças frias, a ser supersticiosos em relação às abstrações, a olhar para o mundo como ele é, ao invés de imaginá-lo como gostaríamos que ele fosse.

Todavia, como tão bem nos adverte E. H. Carr, o realismo consistente "exclui quatro variáveis que parecem ser ingredientes essenciais a todo pensamento político efetivo: um objetivo finito, um apelo emocional, o direito de um julgamento moral e um sentido para a ação".